

# “CASTELA CONTRA PORTUGAL E PORTUGAL CONTRA SI MESMO”: A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS E DA IDENTIDADE NACIONAL NAS CRÔNICAS DE FERNÃO LOPES

ANA CAROLINA DELGADO VIEIRA\*

*«Señor. Tomay esta syna em vossas mãos e per ela nos poemos em voso poder e vos fazemos preito e menagem de vos servir com os corpos e averees, ata despender as vidas por homrra do Reino e vosso serviço»<sup>1</sup>.*

Em um dos primeiros capítulos da **Crônica de D. João I**, após a morte de D. Fernando, quando o Joham Fernandez Andeiro é assassinado e os rumos da sucessão do trono de Portugal são abalados, Fernão Lopes marca a fala do conde D. João Afonso a um escudeiro de Lisboa, dizendo que “bem viia como Castella era comtra Portugall, e Portugall comtra sii meesmo”<sup>2</sup>.

O conde naturalmente se referia ao latente estado de guerra entre Castela e Portugal, mais acentuado ainda após a morte de D. Fernando e certamente sobre o clima de instabilidade interna no reino. Portugal se dividia em grupos que aclamavam D. Juan I de Castela e sua esposa D. Beatriz, filha única da união de D. Leonor e D. Fernando I, enquanto que outros tentavam sustentar a frágil regência de D. Leonor Teles, que não encontrava apoio moral do reino. Outra facção, mais hesitante e que concebe o golpe contra o Andeiro para enfraquecer a regente, apóia o Mestre de Avis, em uma trama que não pode ser considerada enquanto um projeto político (VENTURA, 1992: 19, 47). Quase que por uma fatalidade, contra todos os tratados anteriormente firmados e à revelia de todo o direito estabelecido, é o destino que ensina o Mestre a ser rei.

É neste momento de convulsão social que Portugal se divide entre os “portugueeses desnaturados”<sup>3</sup> e os “verdadeiros naturaes do rregno”<sup>4</sup>. Fernão Lopes

---

\* Mestranda do Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Membro do Grupo de Estudos Medievais Portugueses (GEMPO/FFLCH/USP).

<sup>1</sup> LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização, [1949]. Cap. VIII. p. 21.

<sup>2</sup> LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. XXV. p. 51.

<sup>3</sup> *Ibidem*. Cap. CXVIII. p. 231.

<sup>4</sup> *Ibidem*. Cap. XLIV. p. 90.

lança em sua crônica as bases de um sentimento nacional, fortalecido pelo Cisma<sup>5</sup> que colocava de um lado os castelhanos cismáticos e de outro os portugueses que sempre representaram a “fé verdadeira”, divisão esta que será exacerbada com as cisões internas pela defesa da causa do Mestre de Avis.

Falar de traços de identidade comum no medievo português não é tarefa fácil. Para se pensar em um plano ideal de identidade comum, podemos identificar três aspectos que poderiam servir para identificar um povo a um sentimento de pertença, sendo eles uma língua comum, um reino e um rei (HOMEM, 2009: 177-185). No tempo de nosso cronista Fernão Lopes, ainda não temos uma imagem clara das fronteiras do reino, ou mesmo de um hino que contemple uma imagem concreta do que é ser português naquele momento. Entretanto, em suas crônicas o que mais está presente é a imagem de Portugal e de seus naturais unidos a este sentimento de pertença que se fortalece ao longo da sua trilogia.

Não é possível se pensar em um determinado sentimento nacional, pois como bem aponta Benedict Anderson a “condição nacional é um produto cultural específico” (ANDERSON, 2008: 30), resultado de um complexo de forças históricas. A explicação para o fenômeno que encontramos registrado nas crônicas de Fernão Lopes pode ser definida enquanto a criação de “comunidades políticas imaginadas” (ANDERSON, 2008:32), para elucidar este sentimento de pertença e esta criação comunal do cronista para aqueles portugueses que lutavam pela defesa do Mestre e, conseqüentemente, do reino.

Neste momento, Portugal terá as suas estruturas sociais firmadas entre as relações de clientelismo e vassalagem que caminham em uma lógica pendular para ajustar desníveis hierárquicos, procurando como fim o equilíbrio. Entretanto, este movimento não transcorrerá sem gerar tensões (COELHO, 1998: 133). A filiação a fidalgos e aos grupos que estavam em destaque no reino originavam disputas e partidos que se agrupavam ou declaravam guerra uns aos outros, em prol da defesa dos seus senhores ou mesmo pela garantia dos seus próprios interesses.

---

<sup>5</sup> Em 1378 se dá o Grande Cisma do Ocidente, onde se tem a presença de dois papas e de duas “Romãs”. Castela e França seguirão o papa de Avignon e Inglaterra será discípula do papa de Roma. Portugal seguirá um e outro, conforme suas necessidades diplomáticas. Primeiro, tem-se a aliança ao papa de Roma e depois ao de Avignon, em 1378. Em 1381, Portugal retornará o seu apoio ao papa de Roma, para no ano posterior, seguir novamente o de Avignon. Somente com D. João I é que Roma voltará a ser referência da verdadeira fé, enquanto que Castela permanecia do lado do outro papado.

Os bandos<sup>6</sup> serão poderosas provas deste partidarismo fluido, que irão manejar com especial talento as relações de vassalagem e clientelismo em busca da mobilidade social que, nos tempos narrados pelo cronista, mostrava-se tão real. Por isso, “as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra” (ANDERSON, 2008: 48). Estes bandos serão engrossados por contingentes de bastardos e dos filhos secundogênitos, que precisam garantir prestígio e patrimônio que pelas vias do direito sucessório não eram beneficiários. É possível se verificar o surgimento de uma nobreza secundária formada por importantes grupos que concentrarão privilégios e fomentarão disputas entre outras facções que também buscavam benefícios no reino através das relações de vassalagem.

Um grande exemplo da política de mobilidade entre Portugal e Castela e de vinculações vassálicas foi a família Pacheco (FERNANDES, 2008: 31). Os caminhos de sua ascensão social estão relacionados aos rumos da política interna do reino. Os Pacheco representam dentre muitos, o surgimento de uma nobreza secundária e, sua consagração como um grupo poderoso que foi capaz de manipular as relações diplomáticas entre dois reinos.

Esta linhagem ainda não tem grande representatividade nobiliárquica no início do século XIV, podendo ser representada ao nível dos cavaleiros. Lopo Fernandes Pacheco deseja ascender à condição de rico-homem e o seu segundo casamento é sua primeira via de acesso a uma família mais bem colocada no reino: os Albuquerque. Dessa união de famílias, nasce o herdeiro Diego Lopes Pacheco. Personagem tão presente nas três crônicas de Fernão Lopes que galgará níveis sociais mais elevados através da prestação de serviços ao monarca D. Afonso IV.

Diogo Lopes Pacheco se casa com Joana Vasques e essa união representa mais um forte agrupamento com outra família importante de Portugal: os Cunha e os Pereira.

---

<sup>6</sup> “Os bandos, nos quais os homens praticavam inúmeros atos de violência contra outrem, constituíam uma associação bem estruturada, baseada em solidariedade horizontais e verticais. Os bandos agrupavam geralmente membros de uma família e sua clientela, sendo em geral chefiados por um poderoso local. Um bando pode dominar uma terra sem concorrência, mas na maior parte dos casos observamos lutas de bandos a fim afirmar o predomínio de um grupo sobre os demais”. DUARTE, Luis Miguel. *Justiça e criminalidade em Portugal medievo (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. p.356 *apud* NASCIMENTO, Denise da S. M. do. *O poder régio e os crimes contra a pessoa no reinado de D. João II (1481-1492)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 115.

Sua meia-irmã Guiomar da Fonseca se casa com João Afonso Teles, selando assim mais uma aliança com outra família de destaque: os Teles.

Apesar de estabelecer importantes alianças através dos casamentos que fortaleciam este clã, Diogo Lopes Pacheco enfrentará seu primeiro exílio de Portugal a partir de 1355, pois ele será um dos executores de Inês de Castro, a mando de D. Afonso IV. Por conselho do próprio rei, o vassalo parte de Lisboa e passa a viver em Castela, conforme verificamos nesta passagem da **Crônica de D. Pedro I**:

*E ssendo elRei doemnte em Lixboa, de door de que se estomçe finou, fez chamar Diego Lopez Pacheco, (...) e disselhe que el sabia bem que o Inffamte Dom Pedro seu filho lhe tiinha maa voomtade, nom embargamdo as juras e perdom que fezera (...) e poor quamto se el sentia mais chegado aa morte que aa vida, que lhes compria de se poerem em salvo fora do Reino, por que el nom estava já em tempo de os poder deffender delle, se lhe algum nojo quizesse fazer<sup>7</sup>.*

No seu primeiro exílio de Portugal, Diogo Pacheco é bem recebido por D. Pedro I de Castela, mas este ficará no reino vizinho até o momento em que D. Pedro I de Portugal faz um acordo com seu sobrinho D. Pedro I no reino vizinho e decide trocar alguns criminosos castelhanos que estavam vivendo exilados em Portugal, pelos executores de Inês de Castro, que estavam em Castela. Acordo aceito, Diogo Lopes Pacheco retorna a Portugal para ser executado pelo rei português, mas este consegue fugir para Aragão, aonde mais tarde estabelecerá novamente suas redes de contato com Castela.

O representante da família Pacheco retorna a Portugal em 1367, na posição de procurador de D. Henrique II tentando solicitar apoio a D. Fernando. Mas, Diogo Lopes Pacheco acaba por aproveitar o retorno ao reino português para pedir uma revisão da sua sentença de condenação, procurando semear as bases de um futuro retorno a Portugal. Fernão Lopes relata este caso na **Crônica de D. Fernando**, onde dedica um capítulo para contar ao leitor sobre as origens de Diogo Lopes Pacheco e para registrar que D. Fernando:

*lhe mandou entregar todos seus bães, onde quer que os avia, e o rrestituiu a toda a sua boa fama e honrra o mais compridamente que seer podia, dando-lhe de todo sua firme carta; e feze-o rric'omem de seu conselho<sup>8</sup>.*

<sup>7</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, [s.d.]. Cap. XXX. p.142.

<sup>8</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.

Reabilitado e reinvestido de seus bens e honra, Diogo Lopes Pacheco ficará em Portugal até 1372. Contudo, Fernão Lopes aponta duas versões para explicar o novo exílio de Diogo Pacheco em Castela. A primeira delas se pautava pelo estreitamento das relações com D. Henrique II por conta das funções que Diogo Pacheco exercia enquanto embaixador do reino de Portugal. O cronista relata que o representante do clã Pacheco certamente teria comentado a D. Henrique II “o gram desvario em que el-rrei dom Fernando era com os poboos e alguus outros do rreino por aazo do casamento”<sup>9</sup> com D. Leonor e que assim o monarca castelhano o teria cooptado para retornar a Castela, para que ele lá estivesse mais seguro. A segunda versão que Lopes anuncia ter mais adeptos, narra que pelo fato de Diogo Lopes Pacheco ter sido contrário ao casamento de D. Fernando e D. Leonor, este teve receio de perseguições que a futura rainha pudesse lhe fazer, pois esta “tinha mortall ódio aaquelles que forom em estorvo de tall casamento”<sup>10</sup>, e assim escolheu se refugiar em Castela, para prestar seus leais serviços a D. Henrique II e estar sob sua proteção.

Apesar do cronista deixar a cargo do leitor uma escolha pela versão mais plausível, a segunda história nos parece mais factível. Diogo Lopes Pacheco estava presente no Tratado de Alcoutim em 1371, que previa a paz entre Portugal e Castela sob determinadas condições. Uma delas estabelecia o casamento da infante D. Leonor, filha do rei D. Henrique II, com D. Fernando. O trato é descumprido quando o rei português escolhe outra Leonor para se casar: a sobrinha do conde de Barcelos, pertencente ao clã dos Teles de Meneses. Essa quebra de tratos possivelmente representou uma revisão nos planos de Diogo Lopes Pacheco e essa oposição ao grupo dos Teles, que estava aliado a também poderosa família Castro, fez com que Diogo Pacheco retornasse a Castela e incentivasse D. Henrique a retomar as guerras com Portugal.

A situação só irá ser alterada após a morte de dois monarcas: D. Henrique II em Castela e D. Fernando, em Portugal; será com a subida de D. Juan I ao trono que se reformula a “rede de fidelidades régias” (FERNANDES, 2008: 38). D. Juan I, que parece estar desconectado das principais alianças linhagísticas do reino, encabeça o

---

Cap. LXXXI. p. 281-282.

<sup>9</sup> *Ibidem*. p. 282.

<sup>10</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004. Cap. LXXXI. p. 282.

projeto de sucessão ao trono de Portugal pelo seu casamento com D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor. O rei castelhano colocará a algumas famílias sob suspeita em seu governo, rechaçando assim o clã dos Pacheco, Cunha e Castro, que eram os verdadeiros concorrentes a sucessão do trono português (FERNANDES, 2008: 39-40).

O ano de 1384 marca uma nova revisão de partidarismos. Após o golpe que assassina o amante da rainha, D. Leonor insiste em continuar como regente do reino, mesmo sem o conde Andeiro e ao lado de poucos vassalos. Mas, em Março de 1384 cede às pressões do genro e rei castelhano D. Juan I e afasta suas pretensões do reino português<sup>11</sup>.

Nesta revisão de partidos, a família Pacheco decide voltar a Portugal para ajudar o Mestre de Avis a lutar contra o rei castelhano. Diogo Lopes Pacheco é capturado pelas forças castelhanas no cerco a Lisboa, mas mesmo assim o Mestre de Avis decide trocá-lo com um prisioneiro castelhano. Ainda que o lado português questionasse a troca, dizendo que Diogo Lopes Pacheco já “era homem doiteemta anos e mais, e nom tall, de que sse podesse prestar em feito de guerra”<sup>12</sup>, o Mestre por “virtuosa voomtade”, vendo que Diogo Pacheco havia partido de Castela com seus filhos para o ajudar na guerra e para o servir, decidiu fazer a troca dos prisioneiros.

A escolha pela mudança de bandos foi acertada pelo clã dos Pacheco, pois já no ocaso da sua trajetória, Diogo Lopes tem a sentença de condenação dada por D. Fernando revista e anulada pelo Mestre de Avis, conforme este documento da *Chancelaria de D. João I*:

*declaramos a condenaçam que contra elle e contra a sua pessoa e beens foe facta per el rrey dom Fernando nosso Jrmaão seer nemhua e nom ualler porquanto somos certo e vimos (...) que foe facta per falsas e maas prouas e emformações quaaes no dicto diego Lopez nom cabiam nem deus nunca qujsese (...) examjnamos que as razões e prouas da dicta condenaçam eram contrairas ao fecto da uerdade e como o dicto diego lopez sempre trabalhou*

---

<sup>11</sup> D. Leonor é presa no mosteiro de Castela por tentar planejar o assassinato de D. Juan I e Fernão Lopes retrata a cena onde a rainha é desmascarada por um judeu diante do rei e da rainha. Para incrementar a cena, o cronista insere um discurso carregado de emoção de D. Beatriz: “Oo madre! Senhora! em hu ano me quiserades hora veer vihuva e orfaã e deserdada?”. Como costume, o cronista não perdia oportunidades de destacar vilanias e a cobiça de D. Leonor, já que para ele o casamento entre ela e D. Fernando era o início de toda a desordem social que assolava o reino. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. LXXXIII. p. 160.

<sup>12</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. CXVI. p. 228.

*e trabalha por seruiço destes regnos e prol e onrra e acrescentamento delles*<sup>13</sup>.

Além da anulação da sentença de traição, o Mestre de Avis reabilita novamente Diego Lopes Pacheco, pondo fim assim ao seu ciclo de exílios do reino de Portugal:

*ho Restitujmos aa honrra e stado em que staua ao tempo da dicta condepnacão e aos beens que entam auja e todallas outras cousas de que foe de facto priuado e casamos e anullamos e quebrantamos todas as constitulções doações uendas permudações que dos dictos beens (...) fosse facta pollo dicto senhor Rey dom Fernando ou por outro qualquer posujdor ou posujdores delles tornando os dictos beens e senhorio e posse a mão do dicto diego Lopez assy como staua ante que a dita doncepnacão fosse facta com os fructos nouos e rendas e djreitos delles*<sup>14</sup>

Escolhemos<sup>15</sup> aqui o exemplo da família Pacheco para compreender a fluidez das fronteiras nesses tempos de crise, mas poderíamos ter escolhido tantos outros, como os Castro, os Teles ou o clã dos Pereira. O que era preciso destacar deste exemplo era a constante troca de bandos, os intensos movimentos de concessões de mercês, assim como os atos punitivos e expatriamentos enquanto indícios do funcionamento da política pendular no reino, que ora agracia um grupo e ora condena outro, conforme seus interesses momentâneos e suas necessidades de afirmação dentro de um complexo projeto de centralização e legitimidade. O próprio cisma da Igreja Católica serviu como pretexto a complicados jogos diplomáticos que, na crônica de Fernão Lopes, irá ajudar a configurar momentos de claras divisões no reino.

Dos partidos que estarão em prol da causa do Mestre e daqueles que estarão servindo ao rei de Castela, conseguimos identificar mais do que duas fronteiras em conflito: é possível se verificar neste movimento oscilante a divisão de alguns estratos sociais que percebem neste momento de disputas um tempo em que podem ascender a posições sociais mais elevadas. Não será apenas o grupo da arraia-miúda que pegará em armas para defender o Mestre de Avis, mas sim outra classe mais ampla, ciosa de benefícios e de prestígio social que afirmará os laços de fidelidade a este novo senhor.

---

<sup>13</sup> [Set/1384] “Restitujçom de beens e de fama de diego lopez pacheco seu priuado”. *CHANCELARIA de D. João I: 1383-1385*. Vol. I. Tomo I. Documento nº 455, fol. 63. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2000. p. 241.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> Optamos por recontar brevemente a trajetória de Diogo Lopes Pacheco, pois esta é personagem que aparece nas três crônicas de Fernão Lopes e por esta continuidade tornava-se possível avaliar o seu posicionamento político durante três reinados diferentes em Portugal na trilogia do cronista português.

Sabemos que o grupo em oposição à regente D. Leonor ou mesmo ao domínio castelhano imposto por D. Juan I e D. Beatriz era composto por facções heterogêneas. Ele não se fazia apenas do apoio da arraia-miúda, mas também se ouvia dentro deste grupo a voz de ricos homens, fidalgos representantes dos concelhos, homens bons e também membros da nobreza segunda. Prova disso era a participação de homens letrados como o “Chamceller moor”<sup>16</sup> Dr. João das regras, “homem homrrado de boa fazemda”<sup>17</sup> como Álvaro Pais e Nuno Alvares Pereira, descendente de “huu boom e gramde fidallgo, nobre de linhagem e condiçom”<sup>18</sup>.

Mas Fernão Lopes em sua construção insiste na idéia da comunhão do povo português contra a ameaça estrangeira. Seu relato ganha esta carga dramática especialmente nos instantes em que o “poboo meudo”<sup>19</sup>, investido de grande sanha, ataca aqueles que ameaçam a independência do reino face às forças castelhanas. Essa coletividade aparece muitas vezes anônima na crônica, raramente vozes da arraia-miúda são individualizadas e escritas pelo cronista (GUIMARÃES, 2004: 175-176), elas ganham força nas ruas de Lisboa, nos momentos em que levantam o pendão do reino e gritam em altas vozes “Portugall! Portugal! pollo Meestre Davis”<sup>20</sup> e também nos instantes em que o povo toma o castelo da cidade de Évora, tomando, roubando e devastando tudo o que lá podiam, deixando-o “devasso come pardieiro”<sup>21</sup>, ou mesmo quando arrastam a abadessa pelas ruas da cidade, só porque esta era “parenta da Rainha e sua criada”<sup>22</sup>.

---

<sup>16</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. XXVII. p. 55.

<sup>17</sup> *Ibidem*. Cap. V. p. 11.

<sup>18</sup> *Ibidem*. Cap. XXXII. p. 65.

<sup>19</sup> *Ibidem*. Cap. XLVI. p. 93.

<sup>20</sup> *Ibidem*. Cap. XLVI. p. 93.

<sup>21</sup> *Ibidem*. Cap. XLIV. p. 89.

<sup>22</sup> *Ibidem*. Cap. XLV. p. 91. Outra passagem que o cronista nos relata a sanha popular se faz logo após o assassinado do Conde Andeiro em Lisboa. Em meio a tumultos na cidade, Álvaro Pais e mais alguns bradavam para que os sinos das igrejas fossem repicados. O bispo de Lisboa não entendeu o tamanho alvoroço e por isso não atendeu aos pedidos. Logo por isso a multidão entendeu que o bispo, castelhano da cidade de Çamora, era da parte de D. Juan I e da rainha D. Leonor. O povo investido em grande sanha “alli o desnuaom de toda vestidura, damdolhe pedradas com muitos e feos doestos, ataa que sse emfadarom delle os homees e os cachopos, e foi rroubado de quamto aviaa”. Mais um episódio em que o cronista destaca a participação popular enfurecida, no apoio ao Mestre e na proteção de Portugal contra Castela. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. XII. p. 27-29.



Entretanto, é importante destacar que esta fluidez de fronteiras e reavaliações constantes dos partidos se dava pela oferta de prestígio que um grupo tinha a oferecer como benefícios e acrescentamentos da honra destes homens. Prova desse intenso e rápido movimento pode ser notada quando se é feito um mapeamento através da **Crônica de D. João I** das localidades que decidem apoiar a causa de Castela e alçam pendão por D. Juan I e D. Beatriz e logo em seguida acabam por cair em domínio do Mestre. A primeira localidade a desertar da “causa portuguesa” é o concelho da Guarda nos primeiros meses de 1384. D. Juan I consegue cooptar auxílio do bispo da cidade, que era também chanceler de D. Leonor Teles, para invadir a cidade e conquistar o apoio dos seus habitantes, pois “todollos mais que em ella vivia eram seus criados, e fariam o que lhe elle mandasse”<sup>23</sup>. A adesão à causa castelhana cresce pelo reino: Alenquer, Almada, Bragança, Covilhã, Guimarães, Leiria, Mértola, Ourém, Santarém, Sintra e tantos outros concelhos foram conquistados por D. Juan com o apoio dos “falsos Portugueeses”<sup>24</sup>. Entretanto, a grande “reconquista” de Portugal se dá após o término do Cerco de Lisboa (Setembro de 1384). O Mestre de Avis consegue, com a inestimável ajuda da espada de Nuno Álvares Pereira, recobrar mais de sessenta concelhos portugueses em menos de oito meses, além de avançar os domínios de sua influência em todas as regiões de Portugal. A recuperação desses movimentos oscilantes nos dá pistas para entender o exercício do poder régio dentro do cenário de um século de crises.

A consolidação dos anos iniciais do reinado de D. João I foi marcada por uma forte política de agraciamento àqueles que haviam se filiado à causa do Mestre de Avis. A confirmação da sua rede de vassalidades e apoio político para legitimar o início desta nova dinastia, deu-se através das recompensas ofertadas pelo novo monarca a fim de retribuir os serviços prestados pelos “verdadeiros Portugueeses”<sup>25</sup>. O incremento patrimonial e a promoção social que pode ser apontada nos primeiros anos do reinado de D. João I são evidências do exercício da graça régia que procurava sedimentar as suas relações e o seu apoio, mediante o acrescentamento de uma pequena e média nobreza.

---

<sup>23</sup> *Ibidem*. Cap. LVII. p. 113.

<sup>24</sup> *Ibidem*. Cap. CLX. p. 342-345.

<sup>25</sup> *Ibidem*. Cap. LXXXIX. p. 169.

Atendendo a um conselho de Álvaro Pais, o Mestre de Avis passou a dar o que não tinha, oferecendo os bens daqueles que ora estavam à defesa de D. Leonor, ou ora se granjeavam para o lado castelhano<sup>26</sup>. E assim se construía um intenso movimento de “capilaridade social” (COELHO, 1998: 123), de acordo com a historiadora Maria Helena da Cruz Coelho, na qual a política das doações era a que melhor definia as fronteiras e o senhorio do reino.

O historiador Armando Carvalho Homem teve a oportunidade de mapear a documentação régia e quantificar o número de cartas de doações de bens e direitos desde o início do século XIV até o final do governo de D. João I. Este mecanismo está sempre presente na documentação real, mas adquire um impacto relevante a partir do período de 1381-1390 até 1433. A política da graça régia de D. João I será responsável, desde o início da dinastia de Avis, por mais de 61% de cartas de doações emitidas no reino, conforme demonstramos no gráfico abaixo:

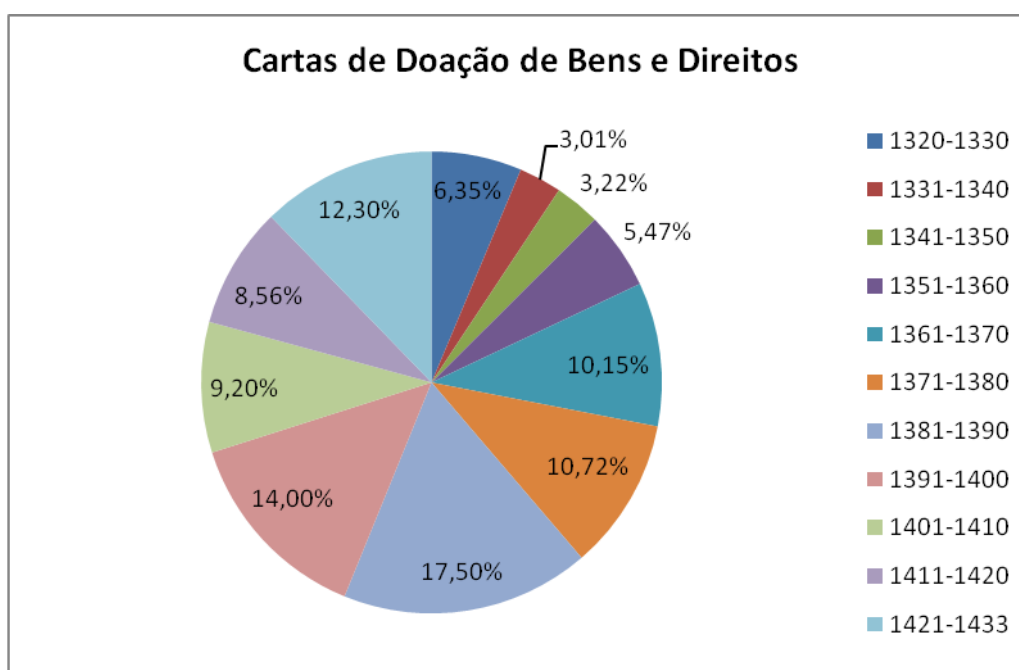


Gráfico 1 – Mapeamento de Cartas de Doações de Bens e Direitos  
(HOMEM, 1985: 77-78 – Adaptado)

<sup>26</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. XXVII. p. 56.

As cartas de doações presentes na *Chancelaria de D. João I* são muitas e a maior parte delas trazem expressos o agradecimento pelo fiel serviço de defesa do reino de algum vassalo, ou nomeiam o beneficiário, apontando que os bens que estão sendo doados foram perdidos por “deruço destes regnos e senhor”<sup>27</sup>. Mas torna-se muito expressivo o fato das cartas de doação se configurar como o mecanismo de graça régia mais freqüente no reinado de D. João I, prática compreensível na medida em que a legitimação do novo governo deveria garantir indispensáveis apoios dentro de uma imbricada rede de relações sociais.

Esta política de privilégios corroborada por D. João I fez com que as relações de senhorialismo aumentassem no reino, já que muitos vassallos adquiriram amplas possessões territoriais, benefícios e imunidades (MENDONÇA, 2009: 42). O pagamento das dívidas de gratidão aos fiéis servidores acabou por criar grandes casas senhoriais que não eram concorrentes ao poder real. Estas casas eram às vezes ofertadas aos parentes mais próximos, viabilizando assim uma “centralização descentralizada” (MENDONÇA, 2009: 45-46). Nuno Álvares Pereira pode ser exemplo desta política de acrescentamentos neste contexto. Fernão Lopes destaca as qualidades deste tão nobre “braço da deffemssom do rreino”<sup>28</sup>, elevando suas qualidades no limite da sacralidade e da nobreza que o labor da cavalaria assim o exigia. Mas em gratidão aos serviços prestados à nova dinastia, D. João I havia lhe doado a “metade do regno em terras e remdas e outras dadivas”<sup>29</sup>. Ciente deste poder adquirido, Nuno Álvares prepara a sua saída e a de seus fidalgos do reino quando D. João I tenta comprar as terras de alguns fidalgos para garantir o futuro dos seus filhos, os infantes da *Ínclita Geração*. Após algumas tentativas de reconciliação, Nuno Álvares é demovido da idéia de abandonar o apoio a D. João I quase na fronteira do reino português, em Estremoz<sup>30</sup>.

A parceria necessária entre o Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira foi se alterando ao longo do relato do cronista, até que depois de Aljubarrota, D. João I, já investido do seu cargo de rei, consegue cada vez mais afirmar a sua independência – até

---

<sup>27</sup> [Maio/1386] “Doaçam de beens a Joham Rodriguez de uasconcellos”. *CHANCELARIA de D. João I: 1383-1385*. Vol. I. Tomo I. Documento n° 256, fol. 32v. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2000. p. 131.

<sup>28</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945]. Cap. CXCIII. p. 425.

<sup>29</sup> LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização, [1949]. Cap. CLII. p. 332.

<sup>30</sup> *Ibidem*. Cap. CLIII. p. 334-336.

mesmo em termos bélicos, estrategistas<sup>31</sup> – da figura do *Condestável*. A política de concessões de benefícios fez com que esta família se alçasse a uma das mais importantes do reino, entretanto, alianças matrimoniais com a casa real fez com que a família de Nuno Álvares Pereira estivesse na base da grande casa neo-senhorial portuguesa do século XV. “Eram, pois, autênticos senhores cujo poder se podia, a qualquer momento, levantar contra outro senhor, mesmo que este fosse o rei” (MENDONÇA, 2009: 47), conforme nos lembra Manuela Mendonça. Tempos de frágeis fronteiras e frágil senhorio.

Diogo Lopes Pacheco retorna a Portugal após dois exílios, pois claramente viu que a oferta de benefícios seria maior com o Mestre de Avis do que com D. Juan I de Castela. Diogo manteve-se fiel até o final de sua vida à nova dinastia, contudo seus descendentes escolheram outras opções e construíram diferentes redes de vassalidades<sup>32</sup> (FERNANDES, 2003: 119-131), mas o que se deseja destacar de todos estes exemplos é a linha tênue que separa um reino e outro, que é cerzida com o fio das relações pessoais em uma complexa trama de vassalidades.

Em meio a este jogo pendular de partidos que ora se agraciam e ora competem por uma elevação social, Fernão Lopes marca na memória de suas crônicas o nome daqueles que serviram como leais portugueses ao Mestre de Avis, assim como também registra o nome daqueles que marcaram com o seu desserviço à dinastia de Avis a sua traição ao rei e ao reino<sup>33</sup>. O cronista delimita o papel da lealdade para aqueles que serviram o Mestre: mais do que ser reconhecido em honras e benefícios, os partidários da causa de Avis agiam quase por uma profissão de fé. A narrativa lopeana nos oferece esta ação emblemática, que tanto é reforçada pela condição do Cisma, que acabava por definir papéis de cristãos e anti-cristãos no reino. É aí que o cronista encontra espaço para criar a sua comunidade imaginada: Portugal contra Castela.

---

<sup>31</sup> Sobre a divergência de opiniões estratégicas entre D. João I e o *Condestável*: *Ibidem*. Cap. LXXVI, p. 188.

<sup>32</sup> Para a trajetória de Diogo Lopes Pacheco nos utilizamos aqui dos estudos de Fátima Regina Fernandes.

<sup>33</sup> O cronista faz um inventário do nome de todos aqueles que ajudaram o Mestre de Avis nos capítulos CLIX e CLXI, como na tentativa de registrar na memória da sua geração o nome daqueles que serviram lealmente ao fundador da dinastia de Avis, assim como foram mártires na luta contra Castela. Assim como registra o nome daqueles que ofereceram altos préstimos ao reino, Fernão Lopes também marca o nome dos “falsos Portugueses”, que estiveram ao lado de Castela fazendo desserviço a D. João I. A escrita da crônica marca o passado e o partido daqueles que viveram no tempo da Revolução de Avis, memória importante para a geração que lê Fernão Lopes. LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Vol. I. Porto: Livraria Civilização, [1945].

O tom desta comunidade não se dá apenas pela noção de fronteiras, ela se faz mediante a oferta de prestígio e benefícios a muitos aqueles que desejam transcender a sua posição social. É necessário lembrar que nesse jogo de bandos e partidos, até mesmo o Mestre de Avis, temeroso do seu destino no reino após o assassinado do conde Andeiro, pensa em abandonar Portugal e seguir para a Inglaterra, onde lá poderia:

*servir elRei na guerra que ouver com seus ãmiigos, e gaanhas aquella homrra e fama que todollos boõs desejam percalçar*<sup>34</sup>.

O desejo do Mestre é também o de qualquer fidalgo. É a fala que resume a principal motivação que faz com que a nobreza secundogênita, filhos bastardos, mercadores e até mesmo o povo miúdo entrem no jogo pendular do clientelismo e da vassalidade, que determina a fragilidade das fronteiras e do poder dos senhores, até mesmo quando estes senhores são os reis.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### ***Fontes impressas:***

**CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I.** Volume I. Tomo I (1384-1385). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2004.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando.** 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crónica de D. João I.** Vol. I e II. Porto: Livraria Civilização, [1945-1949].

\_\_\_\_\_. **Crónica de D. Pedro I.** Porto: Livraria Civilização, [s.d.].

### ***Bibliografia citada e consultada:***

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COELHO, Maria Helena da C. “Clivagens e equilíbrios da sociedade portuguesa quatrocentista”. In: **Tempo.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 121-145, 1998.

---

<sup>34</sup> *Ibidem.* Cap. XXII. p. 46.

FERNANDES, Fátima R. “Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV)”. In: **Cuadernos de Historia de España** [online]. Buenos Aires, v. LXXXII, p. 31-54, 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php>. Acessado em 18/08/2009.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e poder na baixa idade média portuguesa**: dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **O espelho dos reis**: decifra-me e te devoro – o estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV - XV). Tese (Doutorado). Curitiba: UFPR, 2004.

HOMEM, Armando Luís de C. **O desembargo régio (1320-1433)**. 2 Vols. Tese (Doutorado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.

\_\_\_\_\_. “Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa”. In: **En la España Medieval**. Madrid, v. 22, p. 177-185, 1999.

MATTOSO, José. **História de Portugal**: a monarquia feudal (1096-1480). Vol. II. Lisboa: Estampa, 1997.

MENDONÇA, Manuela. “Os neo-senhorialismos tardo medievais em Portugal”. NOGUEIRA, Carlos Roberto F. (org). **Portugal medieval: monarquia e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2009.

NASCIMENTO, Denise da S. M. do. **O poder negociado**: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2009.